

Vivências escolares de pessoas trans na educação básica:

uma revisão crítica

School experiences of trans people in Basic Education:

a critical review

Experiencias escolares de personas trans en la educación básica:

una revisión crítica

 **MATHEUS EDUARDO RODRIGUES MARTINS***

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil.

 **HELENA PICH SOARES****

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil.

 **THEREZA CRISTINA BERTAZZO SILVEIRA VIANA*****

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil.

RESUMO: Este artigo discute criticamente as vivências de pessoas transgênero, transexuais e travestis no cotidiano de escolas brasileiras, por meio de revisão da literatura. Discorre sobre as experiências de estudantes e professoras/es trans, além de temas que se interseccionam, como infância e adolescência trans, transmisoginia das normas escolares de gênero e a repercussão da transfobia na prática profissional. Fundamenta-se nos estudos transfeministas e decoloniais, tendo como metodologia a revisão integrativa, com buscas no portal Capes. A partir da análise crítica dos artigos, compreendeu-se que a discriminação de dissidentes de gênero-sexualidade está presente nas escolas como mecanismo

* Professor de Psicologia na UEPG. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UFSC. Psicólogo Escolar no Colégio de Aplicação. E-mail: <matheus.rodrigues@ufsc.br>.

** Graduanda em Psicologia na UFSC. Pesquisadora do projeto Relações de gênero e diversidade sexual na Educação Básica brasileira. E-mail: <hpslreux25@gmail.com>.

*** Doutora em Ciências Sociais. Professora de Sociologia no Colégio de Aplicação da UFSC. E-mail: <therezacristinaviana@gmail.com>.

biopolítico pautado na cisheteronormatividade para controle e exclusão, levando ao sofrimento e à evasão. Professoras/es trans que rompem com o estereótipo da prostituição recorrentemente são perseguidas pelo *cistema* educacional conivente com a transfobia. Ressalta-se a agência de pessoas trans, com inúmeros relatos de resistência e reinvenções e considera-se dever da instituição escolar a construção de ambientes de respeito e apoio, propiciando o decrescimento da evasão, espaços seguros para docentes trans e a necessária promulgação dos saberes calcados nas dissidências de gênero-sexualidade.

Palavras-chave: Pessoas trans. Convivência Escolar. Violências. Decolonialidade.

ABSTRACT: This article critically discusses the experiences of transgender people, transsexuals, and *travestis* in the daily life of Brazilian schools through a literature review. It addresses the experiences of trans students and teachers, as well as intersecting themes such as trans childhood and adolescence, the transmisogyny embedded in school gender norms, and the impact of transphobia on professional practice. The study is grounded in Transfeminist and Decolonial studies and adopts an integrative review methodology, with searches conducted through the CAPES portal. Based on a critical analysis of the selected articles, it was found that discrimination against gender and sexuality dissidents is present in schools as a biopolitical mechanism grounded in cisheteronormativity for purposes of control and exclusion, leading to suffering and school dropout. Trans teachers who challenge the stereotype of prostitution are persistently persecuted by an educational *cistem* complicit in transphobia. The study also highlights the agency of trans people, with numerous accounts of resistance and reinvention, and emphasizes the responsibility of educational institutions to foster environments of respect and support, thereby reducing school dropout, ensuring safe spaces for trans teachers, and promoting knowledge grounded in gender and sexuality dissidence.

Keywords: Trans People. School life. Violences. Decoloniality.

RESUMEN: Este artículo discute críticamente las experiencias de las personas transgénero, transexuales y travestis en la vida cotidiana de las escuelas brasileñas mediante una revisión de la literatura. Discute las experiencias de estudiantes y docentes trans, así como temas

interseccionales, como la infancia y la adolescencia trans, la transmisoginia de las normas escolares de género y la repercusión de la transfobia en la práctica profesional. Se basa en estudios transfeministas y decoloniales, con una metodología de revisión integradora y búsquedas en el portal Capes. A partir del análisis crítico de los artículos, se entendió que la discriminación de los/as disidentes de la sexualidad de género está presente en las escuelas como un mecanismo biopolítico, basado en la cisheteronormatividad, para el control y la exclusión, lo que conduce al sufrimiento y a la evasión. Los/as docentes trans que rompen con el estereotipo de la prostitución son perseguidos/as repetidamente por el *cistema* educativo en connivencia con la transfobia. Destaca la agencia de las personas trans, con numerosos reportes de resistencias y reinvidencias, y se considera deber de la institución escolar construir ambientes de respeto y apoyo, propiciando la disminución de la evasión, la creación de espacios seguros para los/as docentes trans y la necesaria promulgación de conocimientos basados en la disidencia de género-sexualidad.

Palabras clave: Personas trans. Convivencia escolar. Violencias. Decolonialidad.

Introdução

A infância e adolescência de pessoas trans¹ (transgênero, transexuais e travestis) é frequentemente narrada como árdua e tumultuosa. Isso decorre de um conjunto de motivos, entre os quais estão dúvidas e incertezas pessoais que, muitas vezes, não encontram apoio no círculo social, gerando isolamento e momentos de sofrimento; discriminações e desrespeitos a singularidades e escolhas, uma vez que, frequentemente, contrastam com ideais familiares e sociais; violência física, psicológica e não garantia de direitos, por conta de julgamentos sobre o que é determinado como normal (BENTO, 2011; JESUS, 2013). Esse conjunto de vulnerabilidades é, assim, consequência da autoafirmação e do reconhecimento de uma identidade de gênero, de uma existência que, numa cultura cisheteronormativa², é considerada uma transgressão.

O espaço escolar, como importante esfera social fora do âmbito familiar da maioria das crianças e adolescentes, acaba se tornando o cenário de grande parte dessas violências e adversidades; tanto por parte de colegas, que reproduzem o discurso social ao seu redor, quanto, muitas vezes, por professoras/es, que em vez de promover um espaço seguro para o conjunto de estudantes, acabam por agravar o sentimento de isolamento e não pertencimento de jovens trans. Esses sentimentos provenientes do constrangimento

e da discriminação resultam, na maioria das vezes, na evasão escolar dessas/es alunas e alunos; e as/os poucas/os que permanecem na escola relatam como o ambiente é hostil e desencorajador (CRUZ & SANTOS, 2016; PRECIADO, 2019).

A hostilidade contra pessoas trans, porém, não se circunscreve ao ambiente escolar. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – Antra (2024), o Brasil vem liderando o ranking dos países que mais matam pessoas trans no mundo, por 15 anos consecutivos, com 145 assassinatos em 2023, a maioria tendo como vítimas travestis e mulheres trans. Esse grupo apresenta, ainda, baixíssima expectativa de vida, altos índices de desemprego, fragilidade em suas redes de suporte social e sofre diversas e recorrentes formas de violência urbana, o que demonstra que a transfobia é estruturante da cultura brasileira (ANTRA, 2017, 2024; BENTO, 2014; BASTOS, 2023).

O que, entretanto, faz com que elas sejam alvo desse conjunto de agressões? Por que escolhas identitárias pessoais incomodam tanto a outrem, gerando trajetórias de vida demarcadas pela violência e pelo isolamento, inclusive em espaços que deveriam buscar a diversidade e a inclusão como o ambiente escolar? Mais ainda, o que as próprias pessoas trans consideram acerca das relações que estabelecem durante suas vidas escolares?

Foi considerando o conjunto dessas questões que este artigo se deteve na discussão crítica das vivências de pessoas trans na educação básica no Brasil, por meio de revisão da literatura. A escola é um dos principais palcos não só de autodescoberta e expressão pessoal, mas também, como abordado, do preconceito e da opressão. Outras questões que guiaram este estudo foram a evasão escolar de estudantes trans e a maneira como docentes trans lidam com as situações que encontram em suas trajetórias. Desenvolvemos a seguir, no ponto de fundamentação teórica, algumas das formulações apresentadas na introdução, passando posteriormente à metodologia, resultados e considerações finais.

Cisheteronormatividade, transgressões e necropolítica

A modernidade, que se fundamentou nos ideais iluministas, instituiu a concepção racionalista de ser humano, que exalta a ciência, o controle sobre si e sobre a natureza, bem como estabelece modelos para o comportamento, definindo o que é normal ou patológico, saudável ou desviante – no campo da saúde, da sexualidade, do direito e das relações sociais (MARIANO, 2005; LUGONES, 2020). Tal concepção científico-jurídica de ser humano e sociedade, iluminista e europeia, ao projetar as particularidades desse saber enquanto universal, conformou um conjunto normativo em relação ao ser humano, invisibilizando ou subalternizando as/os que fogem à norma (SCOTT, 1994).

Essa universalidade do saber corresponde às raízes compartilhadas da descaracterização de crianças e adolescentes enquanto sujeitas/os capazes de autodenominação, assim como da discriminação contra pessoas transgênero, uma vez que o sujeito para

a racionalidade moderna é o homem adulto, branco, detentor do conhecimento (científico europeu), adequado à binariedade de gênero e heterossexual – o que fugir desse conjunto será considerado não natural, anormal ou incompleto. Por conta disso menores de idade foram consideradas/os racionalmente desqualificadas/os e invisibilizadas/os no que diz respeito a seus direitos e necessidades – elementos que ainda circulam pelas compreensões sociopolíticas atuais (WALL, 2008; COLE-ALBACK, 2021).

Do choque entre distintas maneiras de existir e a norma universal cunhada na ideologia hegemônica da modernidade – do não reconhecimento da/do Outra/o pela/o sujeita/o de saber – erigem-se fronteiras (BUTLER, 2003; FANON, 2022). Essas fronteiras materializam-se na negação de direitos e na exclusão, gerando violência e inferiorização, no que Fanon denomina de “colonização do Eu” (FANON, 2022). Esse biopoder, saber-poder sobre a vida por meio de tecnologias e aparatos de dominação busca defender-se do diferente que ameaçaria a norma, para a continuidade de seu controle sobre os corpos e as relações sociais estabelecidas (FOUCAULT, 1999).

No que diz respeito às pessoas que contrastam com os ideais de gênero-sexualidade, esse choque decorre da concepção biológica do “dimorfismo sexual”, que define masculino e feminino (VERGUEIRO, 2015). Estudos sobre as origens das normas relativas ao corpo e à sexualidade expressam que foi principalmente no século XIX que a caracterização sexual passou a ter contornos mais rígidos, de controle dos corpos e da atividade sexual, erigindo estruturas e conceituações diagnósticas sobre as então consideradas “anomalias sexuais” (FOUCAULT, 1999).

Posteriormente, nos movimentos de contraposição à subalternização dos corpos pelo saber universal, cunhou-se a noção de *gênero*, que corresponde ao que é socialmente constituído, isto é, às características ou conformações culturais que definem o masculino e o feminino sobre o sexo biológico (RUBIN, 1975). Autoras como Linda Nicholson (2000) e Judith Butler (2003) aprofundam a crítica ao fundacionalismo biológico, expressando que a noção de gênero constituída a partir do sexo biológico ainda releva uma definição prévia em relação à constituição cultural, conformando sexo-gênero enquanto uma categoria discursivo-normativa preexistente.

Berenice Bento (2011) compreende que o sexo biológico corresponde a uma projeção e uma contaminação cultural, apontando que quando a criança nasce já encontra uma complexa rede de desejos e expectativas para o presente e o futuro baseada no fato de se tratar de um corpo-sexuado. Isto é, as pressuposições culturais de comportamentos, gostos de personalidades acabam por “antecipar o efeito que se supunha causa” da identidade (BENTO, 2011, p. 550). Destarte, a autora se opõe à utilização do corpo sexuado como forma de designação sobre o gênero, uma vez que há identidades que se contrapõem a ela ou não são possíveis de serem descritas por essa linguagem.

Paul Preciado (2002) assevera essa crítica por duas importantes noções: a designação menino/menina; e seu conjunto de significações, que correspondem à uma tecnologia

de produção de corpos-identidades – uma tecnologia “protética” (PRECIADO, 2002, p. 02). Outrossim, o autor afirma que essa padronização designativa do corpo sexuado de uma criança corresponde a um ato de batismo, que a permite adentrar na categoria humanidade. Preciado se pergunta, então, se sujeitas/os como crianças e adolescentes que questionam e transgridem o padrão do corpo-sexuado posicionam-se fora da humanidade? A normativa social de gênero desumaniza corpos transgressores? São corpos e seres incompletas/os?

Crianças e adolescentes vivenciam processos de descoberta e identificação sobre gostos, desejos, interesses. Entretanto, o mundo que lhes é socialmente apresentado e os valores ensinados são preparados para que desempenhem papéis de gênero conforme seu corpo-sexuado (KENNEDY, 2010; JESUS, 2013). Há proibições e afirmações em relação às possibilidades de ser e existir. Para a afirmação da cisgeneridade há a norma; para a diferença há a proibição. A construção dos sentidos identitários para gênero e sexualidade é um caminho demarcado por margens.

O que esse conjunto de autoras/es expressa, portanto, é que há tecnologias e normas pelas quais busca-se garantir o não transgredir dessa fronteira: por um lado, a invisibilidade; por outro, o par reconhecimento-negação do estranho, para eliminá-lo. Ou seja, quando se diz a um menino que brincar com bonecas é coisa de ‘bicha’, afirma-se um diferente que deve ser extinguido. Isso por sua vez já conforma a subjetividade, na medida em que a criança, mesmo não sabendo definir o diferente, busca não se identificar a ele, busca muitas vezes não contrariá-lo para não ser rejeitada (KENNEDY, 2010; BENTO, 2011).

Descobrir-se detendo uma identidade de gênero transgressora do espaço limítrofe do ser é estar em risco. O processo de “fuga do cárcere dos corpos-sexuados” é marcado por dores, conflitos e medos (BENTO, 2011, p. 551), quer dizer, a *cisheteronorma* pode ocasionar imposições e agressões ao modo de viver – mas ainda assim não é capaz de impedir a agência no transcorrer da vida dos corpos transgressores (BUTLER, 2009), ainda que ocasionando diferentes sofrimentos. Esse conjunto de dores, conflitos e medos acontece na dimensão subjetiva/intrapessoal e na dimensão interpessoal, sendo o processo de desumanização uma de suas consequências.

Nesse sentido, crianças e adolescentes que se deparam com dúvidas acerca dos papéis ou expressões de gênero – por exemplo, por não gostarem de determinadas roupas, cores, brincadeiras e lugares por vezes impostos – experienciam conflitos subjetivos, considerando-se como o problema, o estranho, aquilo que não deveria existir (JESUS, 2010; PRECIADO, 2019). Ao mesmo tempo, ocorrem processos de quebra de vínculo e exclusão pela família, violências psicológicas e físicas na escola, negações em termos religiosos-espirituais, entre outros.

O lugar oferecido pela sociedade é, na maioria das vezes, um não-lugar, a margem, a inexistência. Dessa maneira, crianças e adolescentes trans passam pela incompreensão de si num processo solitário, percorrido por momentos de sofrimento

(JESUS, 2010). Há para elas/eles um amálgama entre conflitos subjetivos, exclusão social e violência. Ao entenderem que não se identificam com determinados gostos e que detêm outros desejos, podem incorrer no reconhecimento de si como um duplo: o ser que não quer ser, que foi até então socializada/o a partir das normas de gênero; e um ser que se vislumbra, que pode deter outras maneiras de se expressar, de se vestir, de sentir. Entretanto, frente à falta de apoio e à repreensão social, esse conflito e a afirmação dessa identidade ocorre, na maior parte das vezes, num longo e doloroso processo de autoaceitação, que pode perdurar por anos e depende do “amadurecimento psicoafetivo e intelectual” (JESUS, 2010, p. 12). Guardam-se por muito tempo essas incompreensões, que levam a momentos de depressão e grande ansiedade durante a vida. Ou ainda, o processo é interrompido pela consequência da desumanização, a morte precoce.

Em estudo sobre o destino culturalmente demarcado da vida de pessoas trans, Elisani Bastos (2023) utiliza-se da concepção de necropolítica de Achille Mbembe (2017) para se referir às pessoas trans como corpos socialmente sem importância, feitos para morrer. Emprega-se a necropolítica para além de uma tradução de política de morte para expressar que ela está aliada às consequências das políticas de sexo-gênero normativas, materializadas na transfobia, na invisibilidade e na morte precoce de pessoas trans. A partir de uma compilação de dados e exemplos da necropolítica para essa população expressa-se que a transfobia produz modos de subjetivação durante toda a vida, inclusive na infância e na adolescência (BASTOS, 2023).

Um dos exemplos para o presente artigo é a expulsão de casa pela família, que ocorre em média aos 13 anos de idade (ANTRA, 2017). A escola, por sua vez, na impossibilidade de expulsar crianças e adolescentes, desenvolve formas de imposição normativa e violência institucional, definindo roupas e adereços que podem ser utilizados e incitando a determinadas condutas sociais, fazendo com que pessoas que se sentem e agem de acordo com um gênero sejam tratadas pelo gênero binário contrário, isto é, não reconhecendo seus desejos e características (BENTO, 2011). Isso gera o aumento do conflito já vivenciado por aquelas/es que passam pelo reconhecimento de uma identidade de gênero transgressora, numa expulsão não oficial por parte da escola, proveniente da quebra de um vínculo que já se apresentava frágil (ANDRADE, 2012).

Em *Quem protege a Criança Queer?* Paul Preciado descreve as diversas violências que sofreu por causa de um gesto simples realizado em uma aula: desenhar, a pedido da professora, sua família no futuro, a qual representou por um casamento homoafetivo. A partir disso sofreu represálias familiares, psiquiátricas, agressões psicológicas e físicas na escola, com ameaças de “estupro corretivo”. Ao relatar essa e outras histórias de pessoas e crianças trans, o autor aponta a família e a escola mais como defensoras das normas sexuais e de gênero do que dos seus direitos (PRECIADO, 2020). As/Os defensoras/es da infância e da família não protegem e nem respeitam

todas as crianças, mas invocam a figura política de uma criança que constroem previamente como heterossexual e cisgênero; a cisheteronormatividade priva essa criança do direito de ter pais e mães que a protejam e amem (PRECIADO, 2019).

O enfrentamento da transfobia e o respeito às pessoas trans, portanto, dependem da contraposição às normas de gênero e sexualidade pelas instituições sociais nas quais se perpetuam e realizam a exclusão e a desumanização. Mas as escolas brasileiras têm enfrentado a cisheteronormatividade no cotidiano da educação básica? Como tem sido a trajetória escolar das pessoas trans no Brasil?

Método

Este estudo se caracteriza enquanto pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo com análise descritiva e discussão crítica. A pesquisa seguiu as etapas metodológicas para o desenvolvimento de revisões integrativas de literatura (ERCOLE *et al.*, 2014). A revisão integrativa se caracteriza por uma metodologia que possibilita agregar conhecimentos de diferentes estudos acerca de uma mesma temática, incluindo pesquisas de diferentes disciplinas e métodos distintos (SOUZA, SILVA & CARVALHO, 2010). Nesta pesquisa isso foi importante, pois ela não se restringiu a produções de uma área somente, abrangendo estudos de educação, psicologia, ciências sociais, entre outras. Foram selecionados diferentes métodos nos estudos selecionados, como entrevistas, questionários, análise de diários de campo, de processos formativos e outros.

Logo, a revisão integrativa possibilita a síntese de uma gama de resultados com métodos distintos, desde que os dados sejam organizados e conjuntamente analisados (ERCOLE *et al.*, 2014; SOUZA, SILVA & CARVALHO, 2010). A revisão integrativa permite abordar, ainda, diferentes objetivos, como definição de conceitos, análise de conteúdos e síntese crítica de narrativas. Como expresse, neste trabalho houve a abordagem de relatos de trajetórias escolares de pessoas transgênero, transexuais e travestis, tanto de estudantes e seus processos de socialização, quanto de professoras/es trans e seus vínculos no ambiente escolar, a fim de discutir criticamente as vivências de pessoas trans no âmbito da educação básica no Brasil.

Seleção e organização

No período de maio a junho de 2023 foram realizadas buscas no Portal de Periódicos da Capes, escolhido por agregar uma série de estudos brasileiros nas mais diversas áreas do conhecimento, com mais de 22 mil periódicos indexados, incluindo educação, psicologia, antropologia, entre outras.

Essa busca inicial objetivou encontrar estudos sobre gênero e sexualidade no contexto da educação básica brasileira. Seguiu-se um protocolo adequado, conforme descritores ou palavras-chave encontradas em thesaurus da psicologia e da educação, como o Decs/BVS (que corresponde também aos descritores dos Periódicos de Psicologia/Pepsic) e o Thesaurus Brasileiro de Educação. Após exclusão de duplicados, foram encontrados 810 estudos revisados por pares. Esses 810 artigos foram inseridos na plataforma Endnote para melhor visualização e manuseio de seus dados.

Em seguida, para cada artigo foram destacados em tabelas os dados referentes a autoria, revista, resumo, palavras-chave, tipo de pesquisa, população e área de estudo. Isso possibilitou a busca de termos e a subcategorização dos artigos. Uma das subcategorias escolhidas refere-se às pessoas transgênero, transexuais e travestis, a fim de se investigar a trajetória escolar desse grupo e suas relações na educação básica. Para encontrar os artigos referentes à essa temática, buscaram-se em todos os campos disponíveis as palavras: *transgênero*, *transexual*, *travesti*, *não-binário*, *pessoa trans*, *transmasculino*, *transfobia*, *corpos dissidentes* e *nome social*. Nessa busca foram encontrados quinze artigos.

Após leitura dos resumos, foram selecionados os artigos para leitura aprofundada e análise. Os critérios de inclusão, definidos após diálogo entre as autoras e o autor foram: o estudo apresentou como sujeitas/os de pesquisa pessoas trans (transgênero, transexuais ou travestis); traz dados referentes à vivência dessas pessoas no contexto da educação básica; o campo de estudo está em território brasileiro.

Para formular os resultados aqui apresentados seguimos a análise de dados qualitativos proposta por Maria Minayo (2008), que incluem sua ordenação dos dados, classificação e análise final. A etapa de ordenação é realizada por meio do mapeamento dos dados encontrados; a etapa de classificação corresponde ao levantamento de temáticas e conteúdos-chave relevantes acerca dos dados, com base em reflexões que provêm da fundamentação teórica, possibilitando a elaboração de categorias-síntese; e a análise final compreende articulações entre os dados e os referenciais teóricos, articulações que devem ser direcionadas para os objetivos da pesquisa e se caracterizam como discussão do artigo.

Resultados e discussão

Inicialmente exibimos os dados de identificação e publicação dos 15 estudos selecionados no Quadro 1. Nele constam o ano de publicação, o título, a revista na qual o estudo foi publicado e seu objetivo.

Quadro 1: Estudos selecionados

Ano	Título	Revista	Objetivo
2015	Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização.	Estudos Feministas	Contextualizar os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras trans brasileiras durante seu processo de escolarização e inserção na docência
2015	A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis	Cadernos de Pesquisa	Dialogar com alguns conceitos de Michel Foucault para pensar a transexualidade na escola por meio da invenção do dispositivo da sexualidade
2016	Experiências escolares de estudantes trans	Reflexão e Ação	Resgatar memórias, enquanto estudantes, de duas transexuais femininas, assim autodefinidas, no intuito de analisar suas experiências escolares durante o paulatino processo de feminilização
2017	(Re)invenções dos corpos nas experiências da não-binaridade de gênero	Letras Escreve	Problematizar os atravessamentos entre as não-binaridades de gênero e os corpos. Tomo como base as análises produzidas em uma pesquisa com estudantes de Ensino Médio no ano de 2015
2018	Educação física escolar: os impactos sociais na vida de pessoas transexuais em Belém	Revista da Faculdade de Educação da UFG	Descrever as contribuições positivas, negativas ou indiferentes da educação e da educação física, perante a vida social de pessoas transexuais
2018	O não-lugar de pessoas trans no currículo da disciplina educação física em escolas de Belém	Iniciação Científica Cesumar	Investigar a influência da educação, especificamente a educação física com pessoas transexuais de Belém do Pará.
2019	Cursinho prepara trans: possibilidade de articulação entre gênero e educação popular	Revista de Educação Popular	Discutir a questão da diversidade sexual e de gênero no âmbito da educação popular
2019	Narrativas trans: docência e prostituição	Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica	Analisar as experiências de professoras trans que atuam na Educação Básica no Estado do Paraná e suas relações com a prostituição
2020	Identidades trans nas juventudes: desafios familiares e escolares na linha ténue entre ser-não sendo, e não ser-sendo	Educação e linguagens	Descrever e analisar vivências e relações, a partir de representações de sexualidades e de identidades de gêneros de jovens do ensino médio

Ano	Título	Revista	Objetivo
2020	Trajatória de vida: estudo biográfico de uma docente transexual em Rondônia	Instrumento	Analisar a trajetória de vida de uma professora que atuou na década de 1980 no ensino fundamental na rede pública de Porto Velho, Rondônia
2020	Educação básica e acesso de transexuais e travestis à educação superior	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	Discutir como os debates de gênero e sexualidade durante a educação básica podem interferir no acesso de transexuais e travestis à educação superior
2020	Transexualidade na escola: impactos e demandas dos corpos marcados pela subversão	Cadernos de Linguagem e Sociedade	Compreender os impactos da transfobia na vida de alunos/as trans do ensino médio, bem como identificar demandas e estratégias de enfrentamento através de suas narrativas
2021	Homem trans com homem cis dá lobisomem? Professores de ciências perante corpos lobisbixas	Periódicus	Apresentar resultados parciais de pesquisa, na qual nos debruçamos sobre as concepções de professores de ciências e de biologia da educação básica sobre o tripé sexo, gênero e sexualidade
2021	A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental	Latino-americana de Enfermagem	Analisar as concepções de professores sobre a transgeneridade na infância e identificar as possibilidades e os limites de trabalho com essas crianças no contexto escolar
2022	Trânsitos dissidentes em tempos de ódio: modos de pensar-praticar o presente	Diversidade e Educação	A partir de vivências docentes e estudos científicos, narrarmos as possibilidades de (re)produção dos discursos de ódio em ambientes escolares

Fonte: elaborado pelas autoras e pelo autor com base nos dados dos artigos, 2024

Discussão crítica

Após leitura e análise dos artigos relacionados constatamos que o tema frequentemente mencionado e extensamente descrito trata das violências sofridas por pessoas trans desde a idade escolar. Xingamentos, agressões verbais e físicas, desrespeito aos pronomes e nome social por professoras/es e colegas. A segunda temática diz respeito às inúmeras situações de desprezo e hostilidades nas relações de trabalho direcionadas a professoras/es trans. A terceira temática encontrada, que se contrapõe às duas iniciais, trata da agência e da potência de vida criadas pelas pessoas trans ao afirmarem suas existências frente a uma sociedade que busca inferiorizá-las ou mesmo subtrai-las.

Nos quinze estudos as situações de violência em idade escolar foram mencionadas. Há relatos de violência psicológica, relacionadas de maneira ampla a gênero-sexualidade,

pois muitas pessoas trans são consideradas homossexuais na infância e na adolescência. Há relatos de agressões físicas, enforcamentos e mesmo ameaças extremamente complexas, como de abuso sexual ‘corretivo’. Trazemos o conjunto dessas temáticas e relatos a fim de exemplificar e discutir tais assuntos. Optamos por citá-los diretamente, com o intuito de manter sua singularidade.

Um dos relatos resgatados por Tânia Cruz e Tiago Santos (2016), por exemplo, expressa que uma estudante se lembrava da escola pelas torturas, que se materializavam desde os olhares e risos da servente, da merendeira, passando por professoras/es e a diretora, até colegas de sala. “Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo, que me falava ‘seu viado, vê se cria jeito de homem, quando a gente te pegar você vai ver só, você vai aprender a virar homem, vai aprender a parar de ficar com essa mãozinha se requebrando’.” (CRUZ & SANTOS, 2016, p. 7). Outro relato apresentado no estudo de Leonardo Café e Maria Coroa denuncia: “Ah, ruim falar isso, mas me machucaram lá, por isso fui transferido; não quero lembrar disso, me senti muito desprotegido e frágil” (CAFÉ & COROA, 2020, p.13). A autora e o autor do artigo revelam que enquanto o menino trans falava, ele levava as mãos ao pescoço, que continha marcas de violência.

Além da violência física direta, percebe-se nesses relatos a violência institucional, seja por omissão de cuidado e por não lidar com questões de respeito às pessoas trans, seja por risos ou comentários das/dos profissionais. São ações que se baseiam em concepções cisheteronormativas, ainda que veladas. Entre as violências institucionais estão também a negação do direito ao nome social muitas vezes por professoras/es ou diretoras/es conservadoras/es; a separação binária das atividades de educação física, bem como uma prática curricular que divide brincadeiras e ensinamentos direcionados para o feminino e o masculino. Na própria estrutura da escola o principal exemplo é o dos banheiros, divididos com base no dimorfismo sexual, impossibilitando pessoas trans de sentirem-se confortáveis e seguras nesse ambiente.

Francisca Silva *et al.* (2021) indicam em suas pesquisas que, mesmo identificando as discriminações entre colegas, nem sempre as/os professoras/es se posicionam, deixando sob responsabilidade da/do aluna/o ofendida/o defender-se. Há um exemplo dessa situação relatada por um dos professores participantes da pesquisa: “Um menino em sala chamou o coleguinha de delicado e disse que às vezes parecia uma menina. Essa criança ofendida se impôs e se posicionou questionando se esse coleguinha estava querendo se referir a ele como viado e disse que não o chamasse de viado, mas sim de menina” (SILVA *et al.*, 2021, p. 05). Por vezes, são as/os próprias/os professoras/es que operam as discriminações. O estudo de Cruz e Santos (2016) com estudantes trans expõe o que elas/ eles ouviam de professoras/es: “‘Isso não é completamente menino, te comporta como homem, menino tem que andar com menino!’ Porque eu só andava com meninas. Assim, minha vida inteira passei ouvindo ‘bichinha’, aquelas coisas que tu sempre ouve, qual-quer gay ouve” (CRUZ & SANTOS, 2016, p. 12).

Exemplos de divisões binárias de brincadeiras e atividades são trazidas em diversos estudos. Lucas Barroso e Wladirson Cardoso (2018) apresentam um relato no qual uma das participantes diz: “O professor sempre me colocava pra jogar futebol com os meninos, né, mas na verdade eu nunca gostei de futebol”; continua: “eu sempre falava: professor, deixa eu jogar queimada com as meninas! E ele dizia que não, a queimada é só pras meninas e futebol é só pros meninos” (BARROSO & CARDOSO, 2018, p. 12). No relato de outra estudante trans: “a maioria dos professores separava meninos e meninas, os meninos jogavam futebol, as meninas ficavam na ginástica; aí na outra escola, os meninos continuavam no futebol e as meninas ficavam no vôlei” (BARROSO & CARDOSO, 2018, p.11).

Essas questões se apresentam desde a mais tenra idade das crianças, em separações de brinquedos, cores, super-heróis, atividades, na socialização (brincar somente com meninos ou somente com meninas) e até mesmo nos presentes que podem escolher. Silva *et al.* (2021) expõem uma situação relatada por um professor, que indicou possibilidades de presentes de Natal para as crianças escolherem: “Eu coloquei no quadro as sugestões das meninas e dos meninos, mas ele queria maquiagem, e como eu disse que esse presente estava do lado das meninas, ele não podia pedir. Então, ele não pediu nenhum presente de Natal” (SILVA *et al.*, 2021, p. 04).

Algumas das situações mais marcantes estão vinculadas diretamente ao uso do banheiro, pois envolvem situações de não aceitação e intensas violências físicas, relativas à ‘correção’ da identidade de gênero pelo viés da agressão sexual. Um relato no estudo de Café e Coroa (2020) expressa: “Quero ir ao banheiro das meninas, eu pertenço àquele lugar; aí tem umas gurias que levam de boa, já outras me olham como se eu fosse uma aberração”. Continua expondo que “tem também os idiotas dos meninos, falando pra eu ir pro banheiro deles que é meu lugar. Não vou mesmo, prefiro fazer nas calças. Um dia ouvi um garoto falando que se eu entrasse lá ia ver como me endireitava na hora” (CAFÉ & COROA, 2020, p. 12). A relação com a aceitação da identidade de gênero fica nítida no relato de um professor: “Ela, desde muito cedo, usava uma faixa no seio e evitava usar banheiros, porque ela não queria ir no feminino e não podia usar o banheiro masculino, sofria muito com isso” (SILVA *et al.*, 2021, p.05).

É por conta dessas situações que Anamaria Pereira, Camila Pereira e Fernando Pocahy (2022), a partir de suas vivências enquanto corpos dissidentes, apontam: “Se pudessem, algumas escolas disponibilizariam cadernos de caligrafia específicos não apenas para arredondar as letras, mas para lapidar os comportamentos e adestrar os corpos dissidentes” (PEREIRA, PEREIRA & POCAHY, 2022, p. 12). As autoras e o autor se perguntam se na escola já não se faz isso, por exemplo, quando se divide o futebol para os meninos e o vôlei para as meninas; ou quando perguntam às alunas de qual menino elas gostam, ou mesmo quando dizem para as meninas terem ‘modos de meninas’ e recriminam os meninos que choram.

Ou seja, esse conjunto de violências remete à impossibilidade de existir como quem se é na escola, de realizar as atividades que gostaria, estar no banheiro de acordo com sua identidade de gênero ou vestir e agir como se sente – questões evidentemente importantes para qualquer pessoa, mas direitos que são negados às pessoas trans. Segundo Neilton Reis (2017), os investimentos relacionados à aparência, como roupa, acessórios, cirurgias, tatuagens, cortes ou colorações de cabelo, são (re)invenções que as pessoas trans fazem, pois dizem respeito à identidade de gênero; no caso das pessoas que experienciam o gênero para além da binaridade, “esses investimentos, essas modificações, parecem ser mais elaboradas, pensadas e pesadas” (REIS, 2017, p. 17), são maneiras fundamentais de expressão, de autoafirmação da existência. Mas como expressei acima, crianças e adolescentes que não se reconhecem em seus corpos por longos e sofridos períodos precisam se esconder, se camuflar, se isolar para sobreviver. Esse isolamento ou o processo de esconder quem se é pode ser constatado em diversos relatos:

Se eu for me remeter a minha história de vida, olha, eu sofri tanto, tanto, tanto na escola! A escola foi para mim o ambiente mais negativo que você possa imaginar. Assim, todas as barbáries fizeram comigo, todas, todas. Eu tive que viver uma vida camuflada [se vestia de modo masculino], uma vida mentirosa por um longo tempo (CRUZ & SANTOS, 2016, p. 11).

No estudo de Reis (2017) com cinco estudantes de ensino médio, o camuflar-se é exemplificado pelo nome social: “por passar muito constrangimento já, eu não quero assim passar mais um, porque eu me vestindo como eu quero [...] já é uma grande conquista pra mim, então por enquanto, como me causaria muito problema eu prefiro não ir atrás de nome social” (REIS, 2017, p. 13). Uma participante do estudo de Lucas Barroso, Wladirson Cardoso e Marcelo Mesquita (2018) relata que evitava sair devido aos olhares: “Eu me inibia de sair na rua, pelo que as pessoas iriam falar e quando eu ia na rua eu era muito acuada” (BARROSO, CARDOSO & MESQUITA, 2018, p. 07).

É fundamental ressaltar que essas inúmeras situações discriminatórias de cunho transfóbico, causadoras de abalo emocional e físico, levam a maioria das pessoas trans a não concluírem seus estudos, e as poucas que concluem o ensino básico demonstraram enorme receio em cursar o ensino superior. Como indica o artigo de Pollyana Campos e Vanessa Cavalcanti (2020), o constrangimento cotidiano vivenciado e marcado nesses corpos quando são inferiorizados ou reprimidos criam situações de intimidação que desmotivam a frequência às aulas e ao próprio ambiente escolar.

Isso se relaciona à segunda temática, bastante presente nesta revisão, sobre a qual é importante destacar: mesmo quando concluem o ensino superior e aparentemente poderiam alcançar maior respeito social, pessoas trans continuam sendo alvo de estereótipos e hostilidades. No artigo de Neil Franco e Graça Cicillini (2015) é abordada a correlação entre a hostilidade do ambiente escolar e a atuação de mulheres trans e travestis na prostituição: o ambiente opressivo da escola faz com que elas desistam dos estudos, e sem

formação acadêmica ou apoio familiar, muitas delas recorrem à prostituição como forma de sustento. Mesmo algumas pessoas trans que possuem formação e atuam como docentes também trabalham, ou já trabalharam, como profissionais do sexo, para ter fonte de renda complementar ou por necessidade, como demonstram relatos no artigo de Maria César, Dayana Santos e Amanda Silva (2019). Muitas dessas docentes relatam a estereotipagem sofrida por mulheres trans e travestis por serem associadas de modo automático à prostituição, criando assim um ‘efeito dominó’ de transfobia escolar: mulheres trans e travestis são perseguidas, recorrem à prostituição como fonte de renda e são excluídas ou desrespeitadas dentro do ambiente escolar por serem vistas unicamente como profissionais do sexo, inapropriadas para a convivência dentro da escola.

Num dos relatos, uma professora trans conta que encontra muito mais autenticidade e respeito entre profissionais do sexo do que na escola: “Porque elas são muito mais leais do que o machismo podre da maioria das professoras do estado do Paraná. [...] Porque onde eu encontrei mais machismo foi entre as professoras mulheres cisgêneros, machistas e preconceituosas” (CÉSAR, SANTOS & SILVA, 2019, p. 08). Em relato, outra professora trans se expressa: “Eles fazem você saber que a escola não é um lugar para você. Ninguém te diz, porque você é concursada e tal. Mas não te convidam para o chá de bebê; te deixam de fora do churrasco de final de ano. É cruel e sutil. É hipócrita. É nojento” (CÉSAR, SANTOS & SILVA, 2019, p. 17).

Apesar desse conjunto de discriminações, docentes trans se provam competentes e se tornam membros importantes no âmbito escolar, como mostram as memórias recolhidas no artigo de Kary Falcão, Ângelo Costa e Marlene Strey (2020). Porém, como os estudos apontam, a docência escolar ainda é predominantemente cis, e muitas/os professoras/es possuem conceitos errôneos ou confusos sobre a transgeneridade, o que dificulta a compreensão de sujeitas/os trans, sejam elas/eles estudantes ou docentes. Isso é demonstrado no estudo de Charlie Santos, Allan Xavier e Meiri Miranda (2021), no qual se percebem professoras/es participantes com concepções antiquadas sobre os conceitos de gênero, minando a convivência respeitosa para pessoas transgênero e travestis.

Há narrativas, entretanto, de muita agência e autoafirmação, mesmo em meio às situações vexatórias pelas quais passam professoras/es trans e em meio às violências sofridas por crianças e adolescentes trans. Um relato presente no estudo de Barroso, Cardoso e Mesquita (2018) fala de uma estudante trans que sempre ia para a diretoria simplesmente por responder aos insultos transfóbicos de colegas, acarretando a impossibilidade de vínculo com a escola, mesmo não sendo por sua causa: “Com a diretoria eu sempre tive problema [...]. Eu sempre ia pra lá, eu sempre queria que a galera me respeitasse e eu ia. Eu fui expulso de três escolas por causa disso, mas tipo, era ruim né, porque infelizmente, eu não sabia o que estava acontecendo comigo, mas agora eu consigo entender” (BARROSO, CARDOSO & MESQUITA, 2018, p. 08). A fala-denúncia se coaduna aos resultados de Tatiane Lima (2020) apontando a expulsão de determinadas/os estudantes por conta da ausência de reconhecimento de direitos e acolhimento às diferenças.

Um relato no estudo de Cruz e Santos (2016) expõe que por mais que profissionais e colegas quisessem que uma estudante desistisse – de si, do colégio, de tudo o que afirmava – ela resistia: “Eu sempre dei a volta por cima e nunca deixei as pessoas tomar, não. Nunca eles tiraram, não. Eu sempre revidei. Se me atirassem uma pedra, eu atirava duas. [...] eu fui muito forte, sinceridade. Então, eu sempre fui ousada, sempre bati boca com o professor, até na própria faculdade” (CRUZ & SANTOS, 2016, p. 14).

Ainda que confusas/os, escondidas/os, desamparadas/os por quem as/os deveria apoiar e defender, ou conscientes de sua diferença em relação ao padrão, muitas pessoas trans, ao descobrirem-se indesejadas, não negam suas existências. Podem camuflar-se, podem passar por difíceis processos de autodescoberta, podem enfrentar sozinhas/os as adversidades vividas socialmente, mas o que os relatos demonstram é que não deixam de ser quem são; e constituem, cada uma/um a sua maneira, suas resistências. Isto é, a cisheteronorma pode intentar obstruir o caminhar da vida, mas não é capaz de simplesmente suprimir a agência no transcorrer da existência dos corpos dissidentes. A potência de viver que há no íntimo de cada sujeita/o não pode ser invalidada pelas normas de outrem.

Considerações finais

Ao objetivarmos discutir criticamente as vivências escolares de pessoas trans na educação básica brasileira, a partir de estudos e relatos encontrados na revisão de literatura, nos deparamos com um conjunto de ataques aos corpos dissidentes de gênero-sexualidade constituindo o cotidiano de uma instituição na qual deveriam fulgurar respeito, solidariedade e florescer diversidade. Esses ataques constituem-se mecanismos de controle operados pelo dispositivo da cisheteronormatividade; ou constituem mecanismos de exclusão e extermínio, quando é constatada a impossibilidade de controle da agência das/dos sujeitas/os e quando se desvela o ódio à/ao Outra/o, que ameaça a norma estabelecida.

A cisheteronormatividade, dessa maneira, está pulverizada pelo tecido social da instituição escolar, constituindo, como expressa Frantz Fanon (2022) ao tratar da colonialidade, uma atmosfera de violência. Isso é demonstrado por inúmeras ações, práticas e discursos de docentes, colegas, na estrutura curricular e física da escola, nos ideais familiares. A orientação pelo dimorfismo sexual para definição de gênero e seus papéis normativos se encontra na divisão dos banheiros entre masculino e feminino, na separação entre brincadeiras e esportes de meninos e meninas, na proibição de utilização do nome social e dos pronomes que não se enquadram na linguagem binária.

Como expõe Dayana Santos (2015), a escola por vezes age como uma “fábrica de corpos” no que se refere a gênero e sexualidade, pois engendra práticas, discursos e saberes que limitam a vida, algo amplamente percebido nos artigos analisados. O campo da

diversidade do ser e do saber é suplantado para satisfazer os ideais normativos da universalidade, de reprodução do ciclo de consumismo e mortificação da existência transgressora. Ao mesmo tempo, quando a pessoa trans se torna adulta e retorna à escola enquanto profissional docente, ela não é vista como elemento constitutivo, mas como inadequada e como ameaça. Foi possível observar que muito é feito para que ali não permaneçam.

Nesse sentido, constatou-se que na trama de abjeção frente aos corpos dissidentes é comum que a transfobia e a homofobia se mesquem aos discursos de ódio, independentemente da identidade da vítima (CAMPOS & PEREIRA, 2019; PEREIRA, PEREIRA & POCAHY, 2022). Além disso, o reforço das normas tradicionais de gênero tenta moldar os corpos em apenas dois modelos e também acentua a misoginia, que pune mulheres e meninas por não se conformarem ao ideal de feminilidade do ambiente escolar; junto à misoginia, reforça a homofobia, quando humilha homens e meninos por terem afinidade com algo considerado feminino, criando assim a noção de que o feminino é algo vergonhoso, humilhante.

Entretanto, também se ressalta no presente estudo a potência de vida constatada na agência de pessoas trans durante suas trajetórias escolares. O *cistema* normativo coage, mas não consegue impedir a agência de sujeitas/os desejantes. Foram várias as situações nas quais pessoas trans, jovens e adultas, buscaram afirmar-se diante das adversidades. Não se trata de apagar ou invisibilizar as violências, mas expressar que ainda que haja mortificação, quem resiste carrega em si propósitos éticos e sonhos individuais e coletivos. O que demonstra a importância de profissionais e colegas aliadas/os nos processos de resistência. E é por isso que se faz fundamental, também, a união, a coletividade, a coalizão dos corpos dissidentes como forma de agência.

Reiteramos a necessidade de que outros estudos se aprofundem nas narrativas das pessoas trans, para demonstrar que a escola precisa passar de uma instituição que muitas vezes reproduz a dominação por meio da cisheteronormatividade a um espaço no qual haja respeito mútuo, pluralidade de saberes e promoção da diversidade. Isso é ainda mais fundamental neste momento histórico, no qual movimentos como o Escola sem Partido e as ofensivas antigênero – concepções e grupos de extrema-direita – têm nas escolas e nas discussões de gênero e sexualidade dois de seus principais alvos, promovendo o ódio às diferenças e buscando atacar uma instituição escolar inclusiva (SILVA, 2019; MARTINS, 2021; MARTINS & GESSER, 2025).

Por fim, considera-se que as principais maneiras de acolher pessoas trans na escola é o respeito a sua identidade de gênero e o suporte frente às discriminações, em vez da indiferença. Constroem-se vínculo e confiança mútuos, para que todas/os possam ser quem desejam ser, proporcionando infância e desenvolvimento humano com dignidade, propiciando o decrescimento da evasão escolar de pessoas trans, a promoção de ambientes seguros de trabalho para docentes trans e a necessária construção e promulgação dos saberes calcados nas dissidências de gênero e sexualidade.

Recebido em: 13/01/2025. Aprovado em: 24/05/2025.

Notas

- 1 *Pessoas trans* é um termo comumente utilizado no Brasil para se referir às pessoas que não se identificam com o sexo biológico atribuído, ou seja, uma designação proveniente do campo biomédico e que não provém de uma autoidentificação. Transgênero ou transexual refere-se ao ‘atravessar’ essa denominação de sexo/gênero. Autoras que abordamos no decorrer do artigo aprofundam essas denominações, como Jaqueline Gomes de Jesus e Berenice Bento. Bento retoma, por exemplo, como o termo *transexual* foi utilizado enquanto dispositivo médico de patologização e inferiorização.
- 2 Cisheteronormatividade é um conjunto bem delimitado de normas, reforços e punições que procuram formatar subjetividades para que essas sejam sempre cisgêneras e heterossexuais (ROSA, 2020).

Referências

- ANDRADE, Luma. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 05 mar. 2026.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. 2017. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf> Acesso em: 01 mar. 2026.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. *Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Bruna G. Benevides (org.). Brasília, DF: Distrito Drag, 2024.
- BARROSO, Lucas; CARDOSO, Wladirson & MESQUITA, Marcelo. Educação física escolar: os impactos sociais na vida de pessoas transexuais em Belém do Pará. *Revista InterAção*, v. 43, n. 2, p. 583–599, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v43i2.48908>. Acesso em: 01 mar. 2026.
- BARROSO, Lucas & CARDOSO, Wladirson. O não-lugar de pessoas trans no currículo da disciplina Educação Física em escolas de Belém do Pará. *Iniciação Científica Cesumar*, v. 20, n. 1, p. 17–17, 16 jul. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17765/1518-1243.2018v20n1p17-30>. Acesso em: 03 mar. 2026.
- BASTOS, Elisani. *A Idade Chega Para Todas as Pessoas? Interlocuções entre trans-identidade de gênero, envelhecimento e Serviço Social*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247321>. Aceso em: 05 mar. 2026.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. *Estudos Feministas*. 19(2): 336. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em 01 mar. 2026.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*. v4. n.1. ISSN: 2236-532X. 2014.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Dar cuenta de si mismo: violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires: Mutaciones, 2009.

- CAFÉ, Leonardo & COROA, Maria. Transexualidade na escola: impactos e demandas dos corpos marcados pela subversão. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 235–254, 1 ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/les.v21i1.32396>. Acesso em 03 mar. 2026.
- CAMPOS, Gustavo & PEREIRA, Mariana. *Cursinho Prepara Trans*: possibilidade de articulação entre gênero e educação popular. *Revista de Educação Popular*, v. 17, n. 3, p. 183–194, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/rep-v17n32018-rel01>. Acesso em 01 mar. 2026.
- CAMPOS, Pollyana & CAVALCANTI, Vanessa. *Identidades trans nas juventudes*: desafios familiares e escolares na linha tênue entre ser-não sendo, e não ser-sendo. *Revista Educação e Linguagens*, v. 9, n. 18, p. 8–32, 22 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/22386084.2020.9.18.8-32>. Acesso em 01 mar. 2026.
- CÉSAR, Maria; SANTOS, Dayana; SILVA, Amanda. *Narrativas trans*: docência e prostituição. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v. 4, n. 11, p. 573–589, 20 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2019.v4.n11.p573-589>. Acesso em 01 mar. 2026.
- COLE-ALBÄCK, Aline. *A brief history of children's rights*. Birth to 5 Matters document. 2021 Disponível em: <https://www.birthto5matters.org.uk/wp-content/uploads/2021/04/Childrens-rights-for-Birth-to-Five-Matters.pdf>. Acesso em 27 fev. 2026.
- CRUZ, Tania & SANTOS, Tiago. *Experiências Escolares de Estudantes Trans*. *Reflexão e Ação*, 24(1), 115-137. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7041>. Acesso em 03 mar. 2026.
- ERCOLE, Flávia *et al.*. Revisão integrativa versus revisão sistemática. *REME Rev Min Enferm*. 1º de março de 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/rem.v18i1.50174>. Acesso em 01 mar. 2026.
- FALCAO, Kary; COSTA, Angelo & STREY, Marlene. *Trajetória e história de vida*: estudo biográfico de uma professora transexual em Rondônia. *Instrumento - Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 22, n. 1, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2020.v22.25932>. Acesso em 01 mar. 2026.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* 1. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FRANCO, Neil & CICILLINI, Graça. *Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização*. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 2, p. 325–346, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>. Acesso em 01 mar. 2026.
- JESUS, Jaqueline. *Crianças trans: memórias e desafios teóricos*. III Seminário internacional enlaçando sexualidade. Salvador, 2013.
- KENNEDY, Natasha. Crianças transgênero: mais que um desafio teórico. *Cronos*, volume 11, número 2, pp. 21-61, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2151>. Acesso em 01 mar. 2026.
- LIMA, Tatiane. *Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 70–87, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87>. Acesso em 01 mar. 2026.
- LUGONES, Maria. *Colonialidade e Gênero*. In: Hollanda, H. *Pensamento Feminista Hoje*. Ed Bazar do Tempo. 2020.
- MARIANO, Silvana. *O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo*. *Revista Estudos Feministas*. v. 13, n. 3, pp. 483–505. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300002>. Acesso em 01 mar. 2026.
- MARTINS, Matheus Eduardo Rodrigues. *Escola sem Partido: Intensificando a Formação Ideológica da Consciência*. In: SENHORAS, Elói Martins. *Políticas Públicas na Educação e Sociabilidade Humana*. Ponta Grossa/PR: Atena, 2021. Ebook.

MARTINS, Matheus Eduardo Rodrigues, & GESSER, Marivete. Convivência escolar e neofascismo: apontamentos para prevenir os ataques às escolas. *Cadernos de Pesquisa*, 55, e11359, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531411359>. Acesso em: 05 mar. 2026.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2017.

MINAYO, Maria. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa e saúde*. São Paulo: Hucitec, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000. p. 9-41

PEREIRA, Anamaria; PEREIRA, Camila & POCAHY, Fernando. Trânsitos dissidentes em tempos de ódio. *Diversidade e Educação*, v. 9, n. 2, p. 120-146, 28 jan. 2022. <https://doi.org/10.14295/de.v9i2.13578>. Acesso em: 05 mar. 2026.

PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2002.

PRECIADO, Paul. *Un apartamento en Urano: Crónicas del Cruce*. 1a ed. Barcelona: Anagrama, 2019.

REIS, Neilton. (Re)Invenções dos Corpos nas Experiências da Não-Binaridade de Gênero. *Letras Escreve*, v. 7, n. 1, p. 165, 2 jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18468/letras.2017v7n1.p165-184>. Acesso em: 02 mar. 2026.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos Pet Filosofia*, v. 18, n. 2, agosto 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/petfilo.v18i2.68171>. Acesso em: 05 mar. 2026.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the “political economy” of sex. In: REITER, Rayna R. (org.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975

SANTOS, Dayana. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 157, p. 630-651, set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142970>. Acesso em: 05 mar. 2026.

SANTOS, Charlie; XAVIER, Allan & MIRANDA, Meiri. Homem trans com homem cis dá lobisomem? Professores de ciências perante corpos lgbisbixas. *Revista Periódicus*, v. 2, n. 16, p. 155-171, 28 set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v2i16.35528>. Acesso em: 05 mar. 2026.

SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n. 3 (Desacordos, desamores e diferenças), p. 11-27, 1994.

SILVA, Luanna Márley de Oliveira e. *Os estudos feministas sobre “ideologia de gênero” no Brasil: uma análise nas produções científicas*. Dissertação Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37845/1/2019_LuannaMarleydeOliveiraeSilva.pdf. Acesso em: 05 mar. 2026.

SILVA, Francisca et al. A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 29, p. e3459-e3459, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3792.3459>. Acesso em: 05 mar. 2026.

SOUZA Marcela; SILVA, Michelly & CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? How to do it?. *Einstein* (São Paulo). Jan;8(1):102-6. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 05 mar. 2026.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

WALL, John. Human Rights in Light of Childhood. *The International Journal of Children's Rights*, 16(4), 523-543. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/157181808X312122>. Acesso em: 05 mar. 2026.